

MARIA DANIELLE TAVARES (Bolsista IC CNPQ)
daniellefigueirinha@yahoo.com.br

Orientadora: DÉBORA DALBOSCO DELL'AGLIO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia – NEPA



INTRODUÇÃO

O abuso sexual é considerado uma das mais graves infrações aos direitos da criança e do adolescente (WHO, 2004). Esta prática violenta preocupa governos, pesquisadores e a sociedade por sua prevalência estável ao longo do tempo, ocorrência em todas as partes do mundo e impacto psicossocial para vítimas e famílias. O Depoimento Especial – DE é um método de ouvida de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no sistema de justiça, que tem por objetivo responsabilizar o agressor e ao mesmo tempo proteger a vítima. Polêmico, este método tem sido alvo de críticas e objeto de intensas discussões no país.

Objetivo

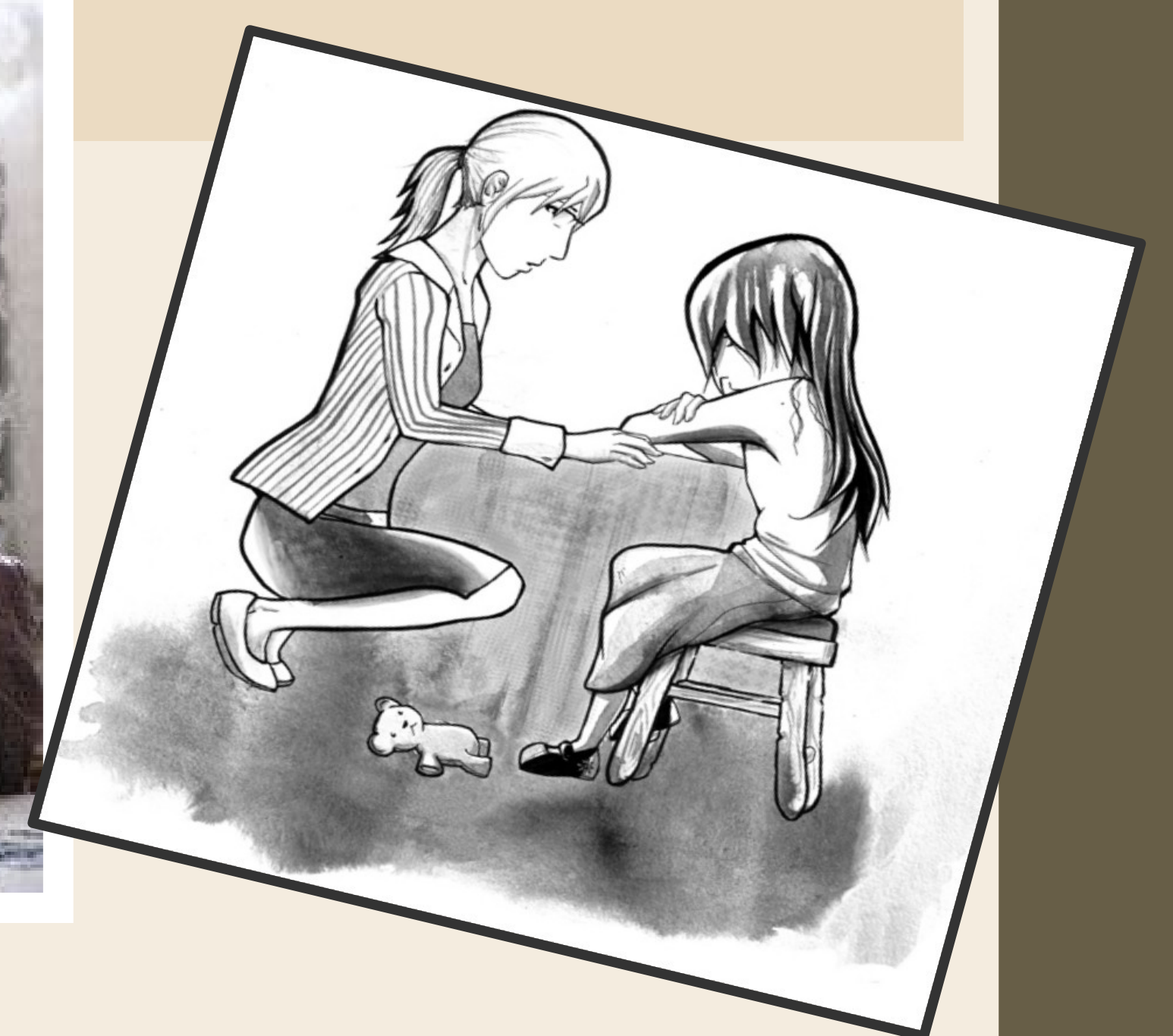
Este trabalho tem como objetivo investigar as percepções de trabalhadores do Poder Judiciário sobre o Depoimento Especial, e está vinculado ao Projeto de Pesquisa da Tese da doutoranda Cátula Pelisoli (PPG Psicologia UFRGS).

Método

Participantes: Foram entrevistados 20 profissionais (cinco defensores públicos, cinco promotores de justiça, cinco juízes de direito e cinco psicólogas judiciárias) com experiência na atuação em audiências utilizando esse método de ouvida de crianças e adolescentes. Os participantes foram provenientes de cinco municípios do Estado do Rio Grande do Sul, que tinham salas especiais para este procedimento no ano de 2012.

Instrumentos: Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas para investigar diferentes aspectos sobre o DE. Dois protocolos de entrevista foram utilizados: um deles foi direcionado aos operadores do Direito e outro, às psicólogas judiciárias.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas à análise de conteúdo com o auxílio do software webQda. A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos. Com isso buscou-se levantar categorias que possam nos revelar o que existe na fala comum dos profissionais que trabalham com o DE.



Resultados

Os resultados indicaram as seguintes categorias, geradas a posteriori: (a) Papel do DE; (b) Experiência na metodologia; (c) Necessidades para o aperfeiçoamento:

Papel do DE: Para os participantes, o DE tem contribuído para a responsabilização do agressor, uma vez que oportuniza a coleta de um depoimento mais fidedigno. A entrevista realizada por um técnico qualificado possibilita que a prova seja produzida com mais qualidade e permite a proteção à vítima. Os participantes consideram que o método protege a vítima de perguntas e comportamentos inadequados dos operadores do Direito e de circunstâncias do sistema de audiência que seriam prejudiciais à criança, como a presença do réu e as discussões comuns entre os operadores.

Experiência na metodologia: A atuação dos trabalhadores, especialmente das psicólogas, no DE tem evoluído com o passar do tempo e a prática. Não apenas o desempenho individual dos trabalhadores, mas o trabalho em equipe tem possibilitado uma prática mais fluida e eficiente.

Necessidades para o aperfeiçoamento: Os participantes são unânimes em afirmar a necessidade de maiores investimentos no espaço físico e nos equipamentos audiovisuais disponibilizados para as entrevistas de DE dentro do Poder Judiciário.

Discussão

Este estudo demonstrou que Direito e Psicologia estão atuando de forma mais próxima através da metodologia do DE e que os profissionais destas áreas estão se desenvolvendo enquanto uma equipe que trabalha no sentido de garantia e de proteção dos direitos da sociedade. Os resultados indicaram pareceres favoráveis e desfavoráveis sobre o método. Os aspectos favoráveis indicam que o Depoimento Especial é de fato um método que pode proteger as crianças e adolescentes de perguntas ou comportamentos inadequados. Profissionais do Direito indicam suas próprias limitações em termos de conhecimento e técnica para fazer esta tarefa e, com isto, reforçam a relevância de outros profissionais que atuam nesses casos, no contexto forense. As vítimas e as famílias são consideradas em um ambiente mais adequado e com profissionais mais capacitados ao participar de DE. Porém, há também aspectos negativos, como os equipamentos e espaço físico. No entanto, de acordo com os participantes deste estudo, as vantagens são mais relevantes do que as desvantagens. As dificuldades podem ser resolvidas com soluções simples, como melhores equipamentos e maior investimento em um ambiente mais apropriado para realizar o procedimento. Como um método recentemente implantado no país, é apenas com a investigação e qualificação que o sistema de justiça realmente vai agir para proteger as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no Brasil.